

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 911.893 - SP (2016/0111887-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : GISELE BRAGA FERREIRA
ADVOGADO : RICARDO SIQUEIRA SALLES DOS SANTOS - SP140600
EMBARGADO : MÁRIO FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO : JOÃO MARIA VAZ CALVET DE MAGALHÃES - SP088430
EMBARGADO : JOAO MARIA VAZ CALVET DE MAGALHAES
ADVOGADOS : MÁRIO FERREIRA DOS SANTOS - SP088600
ROBERTO CHIBIAK JÚNIOR - SP240672

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra decisão em que neguei provimento ao agravo em recurso especial interposto pela embargante.

Em seu recurso, a embargante sustenta existência de contradição, dado a responsabilidade da desídia da citação ter sido enfrentada na decisão que acolheu a impugnação ao cumprimento de sentença (fls. 344/349, e-STJ).

Intimada para se manifestar, a parte embargada apresentou impugnação postulando pela manutenção do acórdão embargado. (fls. 817-820, e-STJ).

Assim posta a questão, passo a decidir. Não se verificam os vícios de omissão e contradição apontados, devendo-se manter o acórdão recorrido por seus próprios fundamentos. Estão ausentes os pressupostos que dariam ensejo à sua oposição: omissão, obscuridade ou contradição.

Com efeito, o julgado embargado é claro em suas premissas e objetivo em suas conclusões, inexistindo vício a ser sanado. Apenas, a solução prestigiada não corresponde à desejada pela embargante, circunstância que não eiva o acórdão de nulidade.

Vale ressaltar que os embargos de declaração possuem regramento próprio, voltado à complementação ou declaração do verdadeiro sentido de uma decisão eventualmente omissa, contraditória ou obscura, não sendo dotados, em regra, de efeito modificativo.

A decisão embargada foi clara ao pontuar que a análise sobre a quem coube a responsabilidade pela desídia do ato citatório em razão da superação do prazo legal, excepcionalidade que alteraria o marco prescricional, todavia, não foi consignada pelo Tribunal de origem, bem como sequer foram arguidos nos embargos de declaração

Superior Tribunal de Justiça

rejeitados, a fim de suscitar sua discussão. Rever tais premissas lançadas no acórdão atacado esbarraria no óbice da Súmula nº 7, desta Corte Superior.

Confira-se:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA. PLANO DE SAÚDE. PORTABILIDADE. AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NA RESOLUÇÃO Nº 186/09, DA ANS. TESE DO RECURSO ESPECIAL QUE DEMANDA REEXAME DE CONTEXTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. As razões do agravo interno não enfrentam adequadamente o fundamento da decisão agravada.
2. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já julgada no recurso.
3. A tese defendida no recurso especial demanda reexame do contexto fático e probatório dos autos, vedado pela Súmula nº 7/STJ.
4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1696446/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 1º/6/2018)

Dessa forma, não ocorrendo o debate no acórdão de origem sobre o ponto, inviável por meio do recurso especial, se devolver o tema como incontroverso, mediante alegação de que foi proferida análise no Juízo de 1º grau.

O apontado vício, além de inexistente, objetiva na verdade a rediscussão do que já foi decidido, o que extrapola os limites previstos para o recurso de embargos de declaração.

Em face do exposto, rejeito os embargos, nos termos acima.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora